



CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DAS FLORES

CADERNO DE ENCARGOS

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO
JURÍDICO**



CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª

Objecto

O objecto do contrato consiste, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na parte II deste caderno de encargos, a prestação de serviços de apoio jurídico, em regime de avença, durante o ano de 2017.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. Fazem parte do contrato a celebrar os seguintes elementos por ordem de prevalência:
 - a) O caderno de encargos;
 - b) A proposta adjudicada;
 - c) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela qual aí são indicadas.
4. Em caso de divergência dos documentos referidos no número 2 e o clausulado, do contrato e os seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com disposto no artigo 99º do CPP e devidas alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º do mesmo diploma legal.



Cláusula 3.ª

Prazo de validade do contrato

O contrato será válido por um ano, podendo ser tacitamente prorrogado, até ao máximo de 3 anos (artigo 451.º e n.º 1 do artigo 440.º do Código dos Contratos Públicos).

Cláusula 4.ª

Sigilo

A entidade adjudicante garantirá o sigilo quanto a informações que venha a ter conhecimento relacionadas com a actividade do concorrente.

Cláusula 5.ª

Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou quaisquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
 - a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
 - b) Ser apreciado pela entidade adjudicante, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 6.ª

Atrasos e penalidades

A entidade adjudicante terá o direito a exigir indemnização por perdas e danos eventualmente resultantes do atraso ou do não cumprimento por parte do adjudicatário e por facto que lhe seja imputável, das obrigações emergentes do contrato.



Cláusula 7.º

Resolução do contrato

1. O incumprimento por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais do direito, à outra parte o direito de resolver o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação por período superior a 30 dias úteis.

Cláusula 8.º

Foro competente

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada.

Cláusula 9.º

Prevalência

1. Fazem parte integrante do contrato:
 - a) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
 - b) O caderno de encargos;
 - c) A proposta adjudicada;
 - d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.



PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 10.ª

Serviços a adquirir

Prestação de serviços de apoio jurídico, durante o ano de 2017.

Cláusula 11.ª

Conteúdos englobados pela prestação de serviços

1. Contencioso judicial (contencioso administrativo);
2. Formulação de orientações e/ou pareceres em matéria de empreitadas de obras públicas, urbanismo, meios e recursos humanos;
3. Apoio júris dos procedimentos públicos de contratação abertos pelo Município de Lajes das Flores;
4. Apoio no âmbito das atividades das entidades inspetivas, nomeadamente no que diz respeito à apreciação das questões suscitadas e à formulação do contraditório pelo Município.

Cláusula 12.ª

Plano de trabalhos da assessoria

1. Deslocação ao município sempre que tal se revele necessário, sendo os custos de transporte e estadia, suportados pela entidade adjudicante;
2. Trabalho na sede da empresa, através da análise de documentação e outra informação, disponibilizada pelo município.